

EDITAL N.º I/296331/16/CMP
Processo NUD 13215/08/CMP

António Manuel Nunes de Sá Codeço, Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares, torna público que, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 100.º e 101.º, do CPA - Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, conforme consta da informação n.º I/293527/16/CMP, de 07/10/2016, por despacho datado de 21/11/2016, da Senhora Diretora do Departamento Municipal de Fiscalização, Cristina Maria Alves Douteiro, no uso da competência delegada pelo Vereador com o Pelouro do Comércio, Turismo e Fiscalização, conforme a Ordem de Serviço n.º I/310761/16/CMP de 21/10/2016, foi determinada a notificação dos interessados desconhecidos, da intenção desta Câmara lhes ordenar a **cessação imediata da utilização da totalidade das unidades de utilização que se encontram a ser usadas como habitação**, para eliminação dos **riscos reais para a saúde pública** dela decorrentes, face às obras ilegais existentes no prédio sito à Rua de Álvares Cabral, 398-418, em virtude de as mesmas se tratarem de "*habitações insalubres*", por não cumprirem diversos requisitos constantes do RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas, designadamente no que se refere a "*pé direito, áreas brutas mínimas e ventilação*", conforme decorre do relatório recebido da ARS NORTE - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., subscrito pela Senhora Delegada de Saúde, Delfina Antunes.

Assim, ficam os atuais ocupantes/locatários das referidas "*habitações*" notificados de que:

- a) **Dispõem do prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciar** acerca do conteúdo do presente projeto de decisão, no âmbito do processo de fiscalização NUD 13215/08/CMP.
- b) Para os devidos efeitos, todos os interessados poderão consultar o processo de fiscalização acima indicado, por intermédio do GM - Gabinete do Município deste Município, através dos contactos identificados em rodapé.
- c) A ausência de pronúncia, acerca do conteúdo do projeto de intenção em assunto, determinará que seja ordenada reposição voluntária da legalidade urbanística do local.

Para constar se lavraram Editais que serão afixados no GM - Gabinete do Município e no local.

Porto, 21 de novembro de 2016.

O Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares



(António Codeço)